

Espaços de desindustrialização e a reprodução da metrópole

Rafael Faleiros de Padua

Doutorando, USP, São Paulo, Brasil

rfpadua@usp.br

Introdução

O que desenvolvemos neste texto se fundamenta em uma preocupação que já estava presente na Geografia na década de 60 quando Pierre George falava que o ritmo que tomava a urbanização trazia novos problemas teóricos para a ciência. Era preciso entender as transformações qualitativas na vida urbana, ou seja, o problema da urbanização passava para o âmbito da qualidade, do viver na cidade¹. Nossa preocupação aqui vai nesse sentido, de pensar as transformações qualitativas na metrópole nesse momento de passagem da primazia do capital industrial para o capital financeiro. No contexto da reprodução contemporânea da metrópole cumpre refletir uma temática importante neste momento que são as transformações em espaços de desindustrialização.

No momento atual, a produção do espaço torna-se central na reprodução geral da sociedade. Na Região Metropolitana de São Paulo como um todo, várias áreas de concentração industrial se desindustrializam. Estas áreas, constituídas em diferentes momentos da história da industrialização da Região Metropolitana, tomam, hoje, diferentes sentidos na reprodução da metrópole. A reestruturação destes espaços industriais no sentido da instalação de outras atividades econômicas diferentes da industrial se realiza de acordo com o papel de cada área no contexto atual da metrópole, em que a localização toma um novo conteúdo. Em São Paulo, podemos identificar dois tipos principais de espaços de desindustrialização: um que se refere às áreas de industrialização antiga, que acompanha a linha da estrada de ferro no sentido NO-SE, onde pela própria localização, há maiores entraves a uma revalorização efetiva; e outra que se refere às áreas de industrialização recente (a partir da década de 1950), localizadas nas proximidades da Marginal do Rio Pinheiros, que se tornam hoje, por sua localização e acessibilidade, áreas de valorização ou de forte tendência à valorização do espaço.

As áreas onde se verifica a desindustrialização, ao mesmo tempo em que passam por uma desvalorização e até mesmo por uma deterioração física dos edifícios industriais, se tornam áreas de disponibilidades de terrenos passíveis de valorização por parte do mercado imobiliário. Desse modo, de acordo com a localização e acesso da área, se dará a sua nova inserção nesse novo momento da economia paulistana, ou não se dará, permanecendo, como um espaço reserva para possíveis investimentos futuros.

A questão inicial que se apresenta é como a urbanização contemporânea incorpora estas áreas onde há o recuo da indústria, num momento em que estes espaços ganham uma relevância do ponto de vista espacial no contexto da reprodução da metrópole. Estes espaços se tornam áreas disponíveis que se caracterizam como campos abertos de especulação para os setores da Incorporação/Construção Civil/Imobiliário, aliados ao setor financeiro. Dessa forma, espaços de desindustrialização se tornam objetos do processo do capital, a serem tomados e transformados pelas estratégias do planejamento estatal (através das operações urbanas) ou pelas estratégias dos empreendedores privados. Esta reprodução econômica (e política) do espaço subverte a vida social já constituída na história destes lugares, negando o caráter de permanência

¹ GEORGE, Pierre. *Panorama do Mundo Atual*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, pp. 225-226.

(das relações sociais, do espaço físico) dos lugares, impondo uma transformação radical relacionada a um discurso ideológico de inexorável “progresso”.

Para os investidores imobiliários e os empresários da construção civil (cada vez mais articulados ao mercado financeiro), impõe-se a integração contínua de novos espaços nos processos econômicos mais dinâmicos da metrópole, para a reprodução de seus capitais. Com essa finalidade, produzem inúmeras estratégias, procurando conceber um crescimento econômico cada vez mais expansivo e que favoreceria, segundo este discurso oficial, à sociedade como um todo. Neste discurso dos agentes econômicos, assim como no discurso dos representantes do Estado, as transformações por que passam algumas áreas de desindustrialização são processos “naturais” de reconfiguração de atividades econômicas da cidade, passando da atividade fabril, composta por um grande número de trabalhadores de linha de montagem, para atividades ligadas aos serviços, que seriam exercidas por trabalhadores com maior qualificação e com maior poder aquisitivo, o que traria maior circulação de dinheiro nos lugares. Outro elemento deste momento são os novos empreendimentos residenciais voltados para a classe média alta que passam a ser construídos nestas áreas antes predominantemente industriais, que, para este discurso tecnocrático, também representam um avanço econômico para estas áreas.

Espaços de desindustrialização em tendência de valorização

A reutilização dos espaços de desindustrialização (em processo ou com tendência de valorização) produz uma profunda transformação das espacialidades e, conseqüentemente, das práticas sócioespaciais nesses lugares. O processo de instalação de novos equipamentos urbanos, tanto para moradia das classes de alto poder aquisitivo, como para as atividades de serviços, não incorporam os moradores desses lugares. Conforma-se, cada vez mais, um processo segregador. É um processo de destituição dos espaços habituais de sociabilidade destes moradores (a rua, a calçada, etc.). Este processo se apresenta também como uma destituição de relações, pois separa entre si os moradores que permanecem, ao mesmo tempo que separa aqueles que ali trabalhavam e perdem o emprego, ou aqueles que lá moravam e vão para outros lugares. O sentido da permanência das pessoas, sejam elas moradoras ou trabalhadoras nestes espaços de desindustrialização é cada vez mais incerto.

Nos espaços industriais, mesmo já constituídos pela fragmentação imposta pelo ritmo da indústria, há, contraditoriamente, laços fortes de sociabilidade. São lugares de referência para muitas famílias que ali se estabeleceram, geralmente vindas de lugares distantes do país, movidas pela industrialização galopante de São Paulo². As relações de proximidade, de vizinhança, ou as relações com colegas de fábrica, ficam incertas, ou desaparecem, ou permanecem sob novas condições de existência. Assim, há um empobrecimento da vida, quando processos segregadores avançam e se impõem.

Este movimento de transformação nos espaços de desindustrialização se constitui como um elemento da reprodução contraditória da cidade. A produção econômica do espaço esvazia o sentido qualitativo do tempo, realizando de maneira mais concreta o tempo linear (abstrato) do cotidiano programado para fins determinados.

Quando refletimos sobre a urbanização que ocorreu em São Paulo a partir da década de 1950, nos deparamos com uma grande massa de trabalhadores migrantes que iam fazer parte da grande classe operária da cidade. A metrópole impõe seu ritmo à vida das pessoas, as conforma no tempo acelerado do mundo do trabalho fabril, dos

² Para a criação da identidade, a permanência no lugar de referência da vida é fundamental.

deslocamentos diários, do esforço pela reprodução da família, das possibilidades esmagadas de lazer. O mundo da fábrica, o mundo da vida familiar, o mundo da rua e o mundo do lazer, se realizam como espaços-tempos que aparentemente se autonomizam, mas que formam a unidade da vida cotidiana na metrópole. A metrópole incorpora as pessoas moldando-as em uma prática sócioespacial fragmentada, produzida pelas necessidades da reprodução econômica. Quando o setor industrial entra em crise, diminui as possibilidades de trabalho para a grande classe operária, deteriorando ainda mais a vida na cidade. As espacialidades que vão se produzindo na metrópole manifestam as transformações no conjunto da classe operária e as suas novas possibilidades de reprodução na metrópole, assim como mostram também que a ação da lógica abstrata da reprodução do capital produz novas contradições que se revelam como contradições do espaço.

A nova inserção de espaços de desindustrialização na metrópole (os novos equipamentos urbanos e os novos produtos imobiliários)

O eixo sudoeste é o foco principal desta nova fase da metrópole, representando o lugar da espacialização da “positividade” da globalização, com a configuração de uma metrópole onde o “ambiente” para os negócios, para a economia moderna, está potencializado. Este, com certeza, é um aspecto que se impõe em São Paulo, descrevendo uma dinâmica que esta metrópole passa a concentrar em relação ao Brasil. No entanto, é necessário examinar criticamente esta “positividade” da “cidade dos negócios” para o conjunto da sociedade e para o conjunto da cidade. Verificamos hoje que o capital se concentra crescentemente e, mesmo espacialmente, cria as suas áreas propícias de atuação. É assim que entendemos o crescimento, em direção ao sudoeste da cidade, do setor de gestão, de comando empresarial, do setor comercial e de serviços. Nesta área de expansão, produz-se uma paisagem e novas relações que representam o “moderno” na metrópole. Novos espaços se tornam necessários para propiciar maior agilidade às trocas necessárias à realização dos negócios. O crescimento do turismo de negócios em São Paulo indica a confirmação desta tendência.

O setor de eventos alça-se como um dos mais representativos deste novo momento, constituindo-se como uma das “vanguardas” das novas atividades de serviços da metrópole. Novos equipamentos culturais, grandes casas de shows, entretenimento e eventos avançam na direção sudoeste. As novas relações, baseadas em uma prática voltada aos negócios, ficam evidentes quando se trata dos eventos. Os eventos se tornam uma nova frente de negócios nesta parcela da cidade que se pretende mundial. A presença de terrenos e edifícios industriais de grande porte disponíveis para novos usos nestas áreas é fundamental para a instalação desses novos equipamentos, que são indicadores de um primeiro momento de uma tendência ao direcionamento destas áreas ao setor terciário moderno.

No movimento de transformação de espaços de desindustrialização, verificamos também o avanço de novos e grandes empreendimentos residenciais, que são lançados em amplos terrenos antes ocupados por indústrias ou sem uso específico (terrenos estes que permaneceram um tempo como objeto de especulação).

Como o apartamento é um produto especial, pois se trata de um uso para moradia, os empreendimentos têm que ter elementos que seduzam possíveis compradores, se utilizando para isso de inúmeros discursos que envolvem o conforto, o lazer, a segurança, além da acessibilidade e da localização.

A estrutura desses “novos produtos imobiliários” consiste na otimização do aproveitamento do terreno, procurando oferecer um refinamento nas possibilidades de lazer, tanto nas áreas comuns quanto na área privativa de cada apartamento. O

aprimoramento dos espaços de lazer é com certeza o principal elemento que procura diferenciar os novos empreendimentos, difundindo o que os seus catálogos de propaganda chamam de “um novo estilo de viver”, se auto promovendo como um oásis de tranquilidade dentro da cidade “problemática”, “violenta”, “estressante” e “caótica”.

Quando compra o apartamento, o morador está comprando todo um pacote que promete um certo “estilo de vida” moderno, “light” e em harmonia com a “natureza”. É a produção de uma vida cada vez mais privatizada, vivida em espaços fechados, que nega a cidade, baseada em pressupostos ideológicos, abstrações que se concretizam ainda mais na vida dos habitantes da metrópole. Produz-se tudo isso como se fosse um “estilo de vida”, o que não passa de um *estetismo*, produzido por relações ainda mais mediatizadas pelo mundo da mercadoria, que afirma e desenvolve estas relações. O condomínio oferece uma gama enorme de opções de atividades para que o morador tenha que sair o menos possível. São empreendimentos produzidos, visando novas necessidades sociais. A cidade aparece como algo perigoso aos seus habitantes, com a violência, com o estresse produzido pela vida urbana, o que faz com que as pessoas (das classes média-alta e alta) passem a ter necessidade de se encastelar cada vez mais, se auto-segregando do contexto urbano em que estão inseridos. Ao mesmo tempo, a produção desses novos espaços contribui para a afirmação desta “nova necessidade”, produzindo um *estetismo* do morar, um “morar com uma nova qualidade de vida”, morar num espaço que confere um “status” a quem nele mora.

O sentido do termo centralidade, na tendência que estamos examinando, do avanço de novas centralidades em determinados lugares na metrópole de São Paulo corresponde, na verdade, a um empobrecimento da noção de centralidade. Com a expansão da mercadoria sobre o espaço urbano, o centro histórico se esvazia de seu sentido simbólico, é implodido. Constituem-se, no tecido urbano, outras centralidades produzidas de acordo com a lógica e a linguagem da mercadoria, como produto. O sentido econômico dessas novas centralidades se utiliza dos atributos de centralidade urbanos, mas os subverte através da funcionalização dos espaços, produzindo espaços privatizados e especializados, com finalidades econômicas específicas e para públicos específicos. Tanto os espaços para as atividades comerciais e de serviços (principalmente as casas de eventos e de shows), como os novos espaços residenciais, são produzidos como espaços de consumo – consumo de eventos de negócios, de eventos “culturais”, de entretenimento, de música, de serviços gerais, e o consumo de um “novo estilo de vida” nos novos condomínios residenciais. Este sentido da centralidade impõe uma nova lógica ao lugar onde está se inserindo (a lógica de um lugar de consumo, com seu movimento característico).

Os espaços de desindustrialização como expansão da fronteira econômica na metrópole

Consideramos que os novos espaços que vão sendo configurados por esta produção econômica do espaço, que constitui novas centralidades voltadas para o consumo e a moradia de uma classe de maior poder aquisitivo, evidencia o aprofundamento de um modo de vida baseado em uma extrema organização dos espaços/tempos da vida cotidiana, em que todos os deslocamentos são feitos de carro, as atividades diárias se fazem em locais específicos. Esquemmatizando, seria a organização da vida dividida entre a moradia, o trabalho ou estudo, o lazer, os tempos obrigatórios e entre estes momentos os deslocamentos dentro do carro. A rua, esvaziada se torna estrito lugar de passagem, destroem-se as relações de vizinhança, os moradores destes novos empreendimentos (que poderíamos chamar de consumidores) se encastelam cada vez mais em seus condomínios que lhes conferem um status.

Podemos fazer um paralelo do avanço dos novos empreendimentos – novas casas de eventos e shows, concessionárias de automóveis, condomínios residenciais – no espaço de desindustrialização em foco, com a idéia de fronteira urbana elaborada por Neil Smith³. Apesar desse autor trabalhar com a realidade dos países desenvolvidos, onde a desindustrialização em áreas urbanas ocorreu muito antes do que ocorreu aqui e os processos de reestruturação urbana tiveram uma dimensão mais generalizada, os processos que ele identifica nos dão elementos para refletirmos sobre a nossa realidade. Ele mostra como as transformações econômicas produzem transformações urbanas profundas; como o espaço urbano ganha maior importância para a constituição do que ele chama de fronteiras econômicas. São Paulo representa, em relação ao Brasil como um todo, o elo de ligação com a economia mundial, uma metrópole que vive processos generalizados mundialmente pelo capitalismo. A constituição de novas centralidades na metrópole paulistana reforça essa ligação a mecanismos mais gerais do capitalismo. Algumas áreas da metrópole são tomadas pelos agentes da valorização como fronteiras econômicas, onde as estratégias para essa finalidade atuam fortemente, vislumbrando a reprodução de grandes capitais, produzindo o que ele chamou de gentrificação.

Nessa sua idéia de gentrificação como fronteira, Smith mostra que os agentes principais deste processo são os grandes grupos econômicos, incluindo aí o Estado. Cria-se uma demanda por centralidade, inclusive lançando mão de uma série de dispositivos culturais que servem de base ideológica para a gentrificação. Fica claro que, para a realização do avanço do capital sobre o espaço, é sempre necessária uma grande e ostensiva carga ideológica. No entanto, este avanço sempre vai entrar em conflito com a irredutibilidade do espaço como dimensão essencial da vida. As estratégias do capital no espaço o negam como espaço da apropriação do corpo, como espaço de realização plena da vida, pois o preenche com mediações econômicas que balizam as normas e garantem a propriedade privada da terra.

A fronteira urbana evidencia uma problemática espacial, produzindo um espaço em constante transformação, ela própria se configurando como uma transformação necessária do espaço para a reprodução capitalista.

Nos Estados Unidos, o processo de gentrificação significa a retomada dos espaços centrais pelos poderes econômicos hegemônicos, expulsando para a periferia as classes empobrecidas que habitam estes espaços. No caso específico de nossa pesquisa sobre espaços de desindustrialização em São Paulo, se trata da constituição de novas centralidades promovidas também por poderosos agentes econômicos, voltadas para a moradia e consumo (lazer, serviços) da classe média alta e alta, em espaços de desindustrialização, colocando em suspenso a permanência da população que aí mora, formada por uma classe média-baixa. Dessa forma, assim como nos Estados Unidos, em nosso estudo de caso o que está em jogo são também processos de renovação, requalificação e, conseqüentemente, gentrificação.

Os fenômenos que observamos na metrópole paulistana nos permitem afirmar que os processos econômicos se espacializam produzindo e reproduzindo contradições. Os processos se realizam numa superposição de escalas – mundial, nacional e local. As determinações econômicas gerais (mundiais) se espacializam em uma determinada realidade nacional e mais proximamente ainda, numa realidade local. O âmbito da ordem próxima revela o aprofundamento das contradições que as lógicas mais gerais

³ SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Tradução de Daniel Sanfelice. Edição original: Smith, N. Gentrification, the Frontier, and the Restructuring of Urban Space. In: Readings in Urban Theory edited by Susan S. Fainstein and Scott Campbell (Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996).

produzem. A reestruturação urbana aparece como uma manifestação do movimento geral da economia.

As áreas “deterioradas”, objeto da renovação, apresentam aos agentes da valorização, uma oportunidade econômica fundamental, que é o metro quadrado desvalorizado, o que lhes permite maiores ganhos que em outras áreas mais valorizadas. O crescimento do setor de serviços contribui para a formação de uma demanda para os espaços de desindustrialização.

O aumento das atividades do setor terciário, assim como a necessidade do setor imobiliário de se expandir continuamente pelo espaço da cidade, gera um mercado para a gentrificação e a renovação urbana. A proliferação de centros de gestão concentrados, assim como a construção de novos condomínios para as classes média-alta e alta, a instalação de equipamentos de consumo cultural e de entretenimento voltados para o consumo destas classes, além da expansão dos espaços de lazer e de eventos em determinados locais da cidade, corroboram para a afirmação da tendência. Há uma relativa necessidade de concentração das atividades de gestão do capital, aproveitando uma infra-estrutura urbana centralizada em determinadas áreas – telecomunicações, transportes, restaurantes, espaços de convenções, hotéis. A localização das atividades de gestão torna-se fundamental, devido à necessidade de agilização de fluxos no espaço.

A reestruturação de áreas específicas da metrópole, tornada uma relevante produção econômica, reflete essa necessidade de concentração das atividades terciárias numa economia que se reproduz criticamente. As determinações produzidas no interior dessa economia crítica, produzem as suas configurações espaciais.

O fundamento do processo está no fato de que a reestruturação urbana se assenta na formação de fronteiras urbanas potencializadoras de novos ganhos para as forças econômicas hegemônicas. Tais ganhos resolvem, momentaneamente, crises de acumulação que precisam ser equacionadas pelo sistema econômico. O processo de produção e reprodução do espaço é, portanto, balizado por desvalorizações e revalorizações necessárias e contínuas. As reestruturações, produzindo maiores ganhos em locais desvalorizados, produzem rearranjos espaciais, num processo que estabelece uma estabilidade aparente, mas que, por estar inserido numa economia essencialmente crítica, volta a produzir instabilidade. Assim, a valorização do espaço, sempre almejada pelo processo do capital, necessita, contraditoriamente, da desvalorização para a recriação contínua de novas frentes de expansão para o capital.

O descompasso entre o econômico e o social

Dessa forma, queremos demonstrar que há um descompasso entre a reprodução econômica da metrópole e a reprodução da vida dos habitantes destes lugares que são tomados pelas transformações. Dessa forma, é necessário investigar os processos de espoliação urbana vividos pela classe operária empobrecida moradora destes espaços, quando vê seu lugar de moradia sendo perpassado por novas lógicas. Como apontado anteriormente, o espaço industrial se revela também, contraditoriamente, como espaço de apropriação, de criação de sociabilidades que escapam ao controle exercido pela indústria, que aparentemente domina completamente as esferas da vida. Dessa maneira, a alienação vivida no trabalho e também os momentos de negação do trabalho, levam à constituição de uma consciência que, em determinados momentos da vida cotidiana, revela as precarizações da própria vida, o empobrecimento das relações, as restrições ao uso da cidade. É a constituição de uma vida substanciada por um conformismo e uma resistência, que surgem concomitantemente nos espaços-tempos da vida cotidiana. A

resistência, como mostra Marilena Chauí⁴, se revela, sobretudo, no âmbito da vida familiar, onde estão as maiores possibilidades de apropriação, onde as pessoas, geralmente da mesma família, se relacionam de maneira mais imediata, compartilhando as experiências vividas no trabalho, na rua, que trazem todo tipo de dominação, através da jornada de trabalho, das normas impostas pelo Estado, das dificuldades impostas pela própria condição. O âmbito do familiar é aquele da proximidade e ao mesmo tempo é o espaço onde se escancaram as dificuldades de reprodução e as restrições à vida da família. Mesmo envolvida também pelo mundo da mercadoria, cuja mediação principal nesse âmbito é a televisão, a esfera do familiar permite a construção de subjetividade que dê sentido e costure a vida fragmentada do cotidiano. Por isso ficam evidenciados o conformismo e a resistência presentes na classe operária, exposta mais diretamente ao empobrecimento da vida, à precarização do trabalho, às instabilidades concretas da própria reprodução enquanto classe operária.

Hoje, o processo de produção industrial se reproduz, neste novo momento da economia, reestruturando-se, o que consiste numa ampla eliminação de empregos, junto com a precarização do trabalho industrial, e numa grande mobilidade espacial da planta industrial. O operário se contrapõe ao trabalho (ao capital) cada vez mais vulnerabilizado. A sua vida é cada vez mais despossuída de garantias, mesmo porque o emprego não é mais garantido.

Quando identificamos que há uma transformação do espaço e dos fluxos no espaço, quando o lugar vai sendo equipado para a realização dos empreendimentos ligados às atividades terciárias da economia, o espaço público do habitante fica ainda mais limitado. As ruas se tornam lugares não mais da familiaridade dos encontros costumeiros, mas o lugar apressado dos carros em passagem, do movimento do público que vem à casa de shows e vai embora, do movimento dos novos espaços de eventos. Enfim, separa ainda mais o morador de espaços habituais da sua vida.

Dessa forma, verificamos que a inserção dos moradores no processo se realiza, crescentemente, como segregação, em um processo que é incorporado por eles de maneira conflituosa. Ao mesmo tempo em que representa ideologicamente o “progresso” e a “prosperidade”, representa também a maneira invasiva dos novos elementos que passam a fazer parte da paisagem.

Ou seja, as indústrias faziam parte de seu quadro de referências, mesmo porque tinha ligações concretas com elas. Agora, o vazio produzido pela saída de indústrias é preenchido pelos novos equipamentos que se instalam ali e que passam a fazer parte do quadro de referências das pessoas que ali vivem. No entanto, estes novos equipamentos se tornam referências mais abstratas do que as antigas indústrias, pois são espaços que negam qualquer apropriação por parte dos moradores. Podemos dizer que são equipamentos “alheios” ao entorno e aos moradores que ali estão. Enquanto nas indústrias este quadro de referências se substanciava em relações de proximidade, pois se fazia parte do processo industrial, agora nos novos equipamentos a referência se substancia em um alheamento, um estranhamento, pois nestes equipamentos os moradores não terão nenhuma participação ativa; apenas sentem (com uma relativa passividade) a transformação do ritmo, do movimento do lugar, assim como as transformações nas relações entre as pessoas.

Considerações finais

Assim identificamos um esvaziamento de sentido do habitar na metrópole. Um conjunto ideológico invade e substitui o conteúdo do habitar. Subverte-se as

⁴ CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

possibilidades contidas na cidade e produz-se uma negação da cidade. A particularidade dos espaços de desindustrialização que são tomados pelas estratégias dos agentes imobiliários é que eles possibilitam a transformação completa de grandes áreas inseridas no tecido urbano da metrópole. Se configura a produção de uma nova sociabilidade de lugares fechados. Dessa forma, com o esvaziamento industrial no local onde antes a indústria era um forte elemento estruturante da vida social, estes espaços são tomados pelos agentes imobiliários como vazios urbanos a serem manejados por suas estratégias de valorização. Planeja-se (e produz-se) um novo espaço totalmente diferente do que havia antes nesse local e com um conteúdo totalmente diferente no contexto urbano. Assim, verifica-se que há um forte direcionamento desses espaços em direção à segregação.

Bibliografia

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole. Fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: Ana Fani Alessandri Carlos e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (orgs.). *Geografias de São Paulo - A metrópole do século XXI*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GEORGE, Pierre. *Panorama do Mundo Atual*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. *Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1992.

_____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000, 4ª ed..

PADUA, Rafael Faleiros de. *Implicações sócioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, DG-FFLCH-USP, 2007.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Tradução de Daniel Sanfelice. Edição original: Smith, N. Gentrification, the Frontier, and the Restructuring of Urban Space. In: Readings in Urban Theory edited by Susan S. Fainstein and Scott Campbell (Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996).